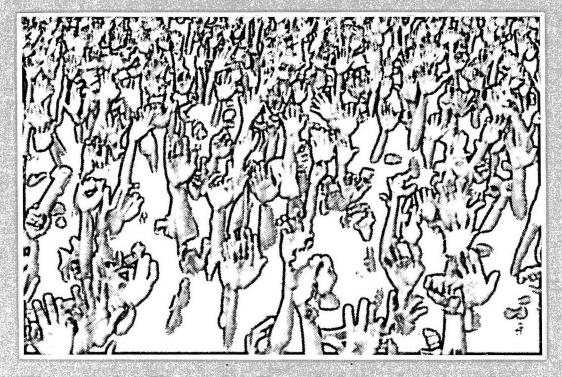
Fé e política



Povo de Deus e Participação Política

© Arquidiocese de São Paulo

Este manual, que se destina aos animadores, acompanha um conjunto de 150 diapositivos.

Pedidos de exemplares desta publicação e de conjuntos de diapositivos devem ser feitos a

Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo Av. Higienópolis, 890 São Paulo — SP CEP. 01238

2.ª Edição - 1982

Fotocomposição Gráfica e Editora Prensa Ltda. Rua Comandante Vergueiro da Cruz, 26 — Olaria Tel. 280-8507

Fotolitos Clip Produções Gráficas e Jornalísticas Ltda. Rua do Senado, 200 — Rio de Janeiro — RJ Tel. 252-4610

Arquidiocese de São Paulo

Fé e política

povo de Deus e participação política Naquele dia, Jesus levantou-se e disse em voz alta:

Quem tiver sede venha até mim e beba aquele que crer em mim.

Como diz a escritura: de dentro dele correrão rios de água viva

João 7: 37-38

Sumário

- 7 Sementes de Justiça
- 9 Os Meios e os Fins

Fé e Política

- 13 A caminhada do Povo
- 23 Os partidos políticos antes de 1964
- 29 A política do regime autoritário
- A maneira de o povo fazer política durante os anos de repressão
- 43 As tentativas de controlar e dividir o movimento popular
- 49 O desafio diante de nós
- 61 Cronologia

Acontecimentos políticos e fatos ligados à caminhada da Igreja desde 1945

Sementes de Justiça

Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados de São Paulo

A Igreja de São Paulo, em sua caminhada para a liberdade dos filhos de Deus, julga importante, no momento atual, abordar corajosamente a questão política.

Para a Igreja, falar de política não é enfrentar tema profano, de outra esfera, nem é exceder sua missão divina. Entre os poderes que o Cristo lhe atribuiu, essenciais ao cumprimento do seu mandato, está a missão profética de denunciar o injusto e anunciar a justiça.

Desde sempre, a Palavra de Deus, acolhida pela fé, tem inspirado a história dos homens, urgindo-os a buscar na terra a construção do Reino, de uma sociedade fraterna. Vamos lançando sementes de um mundo mais justo toda vez que vencemos a desigualdade e nos damos as mãos na comunhão concreta de todos os bens, desde os meios de produzi-los até os frutos de nosso trabalho.

Hoje, o que se nota por toda parte é uma nova pentecostes em que os pobres de Deus irrompem com força jamais vista e se fazem presentes na história. Essa irrupção atravessa a Igreja, fazendo-a desinstalar-se de uma aliança secular com os poderosos e chamando-a a optar pelas forças históricas de libertação.

É o Espírito de Deus que, mais uma vez, vem dizer à sua Igreja: "bem-aventurados os pobres... deles é o Reino de Deus..." (Mateus 5,1).

Esse espaço que os pobres estão exigindo, dentro e fora da Igreja, é um espaço político. Neste sentido, este caderno sobre Fé e Política e o conjunto de slides ao qual ele serve de apoio querem ser uma modesta contribuição da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados para que a Igreja ajude cada vez mais e cada vez melhor a criar no meio da Sociedade esse espaço político. Espaço onde se consolide a consciência do Povo de Deus sobre sua força que nasce da união e da participação.

É nesse espírito de caminhada da Igreja e da Sociedade para uma era de justiça que entregamos nas mãos do povo estes subsídios, almejando que a fé envolva cada vez mais profundamente as nossas comunidades, informando os desinformados, encorajando os fracos, dissipando os temores, unindo e despertando no coração de todos a semente de uma grande Esperança.

O material, que apresentamos aqui, procura dar continuidade à reflexão sobre "Comunidade de fé e Participação polí-

tica", iniciada em 1980 pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados e que culminou na realização, em novembro último, da Semana dos Direitos Humanos. Nosso objetivo agora é o de criar condições e fornecer elementos para que o próprio povo possa VER, JULGAR e AGIR. A exemplo do que aconteceu durante o processo de revisão do plano de ação pastoral da Arquidiocese de São Paulo no ano passado, é fundamental que o povo seja, novamente, o sujeito do processo de reflexão. Pensamos que este processo de discussão possa também contribuir para que as comunidades cristãs se assumam, cada vez mais, como "escolas de educação para a justiça e a política", formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

Do ponto de vista de conteúdo e de método de exposição, o conjunto de slides está dividido em seis capítulos. Cada um deles introduz um núcleo temático fundamental para a compreensão da relação entre Fé e Política no Brasil de hoje e pode ser objeto de uma discussão específica. Estes seis capítulos são os seguintes:

1. a caminhada do povo: o risco de que o debate em curso sobre os partidos políticos termine por dividir as comunidades de base e os movimentos populares;

- 2. a política antes de 1964: a crítica do populismo como forma de controle e manipulação das massas populares;
- 3. a política do regime autoritário: a tentativa de despolitizar o povo e de reduzi-lo ao silêncio pela exploração, pela repressão e pela ilusão;
- 4. a maneira de o povo fazer política durante os anos de repressão;
- 5. as tentativas de dividir e controlar o movimento popular;
- 6. o desafio diante de nós: quais os critérios para uma opção e participação política coerente com a caminhada do povo.

Nas páginas seguintes deste caderno vem reproduzido o conjunto de slides, acompanhado de suas respectivas legendas e de algumas reflexões bíblicas. Cada uma das seis partes em que ele se divide vem apoiada num texto que comenta as principais questões nele levantadas e de subsídios sobre os fundamentos evangélicos do compromisso político como uma exigência de fé para o cristão.

A parte final do caderno contém uma cronologia que recapitula os principais acontecimentos que marcaram a vida política nacional e a caminhada do povo durante o período histórico abordado no conjunto de slides, ou seja de 1945 até hoje.

Tisto Tombo Linis to leard. Jems Arcebispo Metropolitamo de 5. Pombo Jão Tambo, 9. 7. 1981.

Os Meios e os Fins

Paulo Freire

Este caderno se destina aos animadores de comunidades e agentes de pastoral que vão coordenar a discussão sobre "fé e política" nas comunidades de base e outros contextos de participação popular. As observações que se seguem, fruto de nossa experiência, têm por objetivo contribuir, ainda que minimamente, para que cada coordenador ou coordenadora possa desempenhar da melhor maneira o papel decisivo que lhes cabe para assegurar que este processo de reflexão se dê com o povo e não para o povo.

Em primeiro lugar, gostaríamos de lembrar que, enquanto educadores ou educadoras envolvidos numa prática educativa democrática, devemos ser coerentes com a proposta que está contida neste material. Sua finalidade é estimular o povo a falar, a discutir, a botar sobre a mesa suas dúvidas, suas opiniões, sua necessidade de mais informação e de debate. O importante não é a projeção em si, o importante é o que acontece depois dela. Os diapositivos são apenas um ponto de partida, um convite para que as pessoas se reúnam e falem sobre o assunto que está interessando a todos, ou seja, quais são os critérios para uma opção e participação política dos cristãos.

Na verdade, esta série de diapositivos não foi feita para que o animador ou a anima-

dora fazem sozinhos, nem para que seja transmitida uma posição oficial ou para convencer o povo das comunidades do caminho justo a ser seguido. O que queremos é ouvir o que o povo tem a dizer, a partir de sua experiência e de sua maneira de ver as coisas.

Para que a gente possa ouvir o povo é preciso abandonar velhas atitudes, velhos vícios. Existe ainda uma tendência muito grande ao paternalismo. Muita gente ainda acha que é necessário dizer ao povo o que ele deve fazer, dar a receita, fornecer a resposta certa antes mesmo que o povo tenha feito a pergunta. Quem age de maneira paternalista tem diante de si uma platéia que escuta passivamente o discurso que lhe é imposto de cima para baixo, ainda que com a melhor das intenções. Do ponto de vista de um(a) educador(a) autoritário(a), uma série de diapositivos deve funcionar, sobretudo, como um meio de que ou ela lança mão para transmitir as suas idéias ao povo. Senhor do método e do objeto do conhecimento, o educador autoritário necessariamente manipula, em função de seus objetivos.

Se esta atitude não nos interessa, o que é ser um animador(a) não paternalista, não autoritário(a)? É confiar na capacidade do

povo para escolher o seu caminho. O povo estará sempre certo? Há, sem dúvida, muita gente que, na preocupação de não ser autoritária ou paternalista, afirma que o povo está sempre certo. Ora, povo é gente e gente não é infalível. Gente pode errar, pode se enganar, pode ficar em dúvida, sobretudo quando impedida de participar e de discutir e quando submetida à manipulação da informação pela propaganda e pelos meios de comunicação de massa.

Daí justamente a importância da discussão em pequenos grupos onde cada um pode falar e ser ouvido. Quando uma decisão é tomada depois de muita discussão, depois que cada um analisa o problema à luz de sua experiência vivida, a possibilidade de erro é muito menor. E se, mesmo assim, o erro acontecer, o povo, continuando a discutir junto, vai saber corrigir e tentar de novo. È por tudo isso que, nesta discussão sobre fé e política, o animador ou a animadora deve, sobretudo, estimular o povo a tomar a palavra, ajudando com a colocação de algumas questões ou com o fornecimento de determinadas informações que ajudem o grupo a ir sempre mais fundo na compreensão das questões em debate. Ele ou ela devem também intervir quando for necessário para que a palavra não seja monopolizada por uma só pessoa ou para evitar que só uns poucos participantes discutam enquanto que os demais ficam apenas ouvindo.

Por isso mesmo é que, ao rejeitarmos a manipulação do educador autoritário, rejeitamos também a anulação do educador, contida em propostas ingenuamente libertadoras, segundo as quais o educador, em nome do respeito aos educandos, os deixaria entregues a si mesmos.

Na verdade, o conjunto de slides não é um material fechado, acabado e rígido. Ele não foi elaborado para que, em torno de cada um dos diapositivos, fizéssemos um discurso — o nosso discurso — ao povo. Ele é muito mais um desafio à nossa criatividade — nossa, querendo dizer, de nós, animadores e povo. É, portanto, juntos que devemos trabalhá-lo.

Idac Instituto de Ação Cultural

Fé e política

Povo de Deus e participação política

A caminhada do Povo

Nossa história começa mostrando a caminhada do povo por um desfiladeiro estreito, escuro e cheio de perigos. Esta imagem representa a travessia dos anos mais duros da repressão, sobretudo o período entre 1969 e 1978. Foram anos difíceis e sofridos para o povo que vivia mal, era explorado no trabalho e via seus direitos e sua liberdade desrespeitados.

Mas foi justamente nestes anos terríveis que o povo mostrou sua capacidade de se unir para enfrentar, todo mundo junto, as ameaças e dificuldades, cada um ajudando os outros a não desanimar nem voltar para trás.

Sustentado pela fé em Jesus Cristo Libertador e pela esperança em dias melhores, o povo foi aprendendo a se dar as mãos, a perder o medo e a levantar a cabeça. Apesar da existência do AI-5, da repressão policial e do arrocho salarial, o povo foi construindo, ele mesmo, as pontes de que precisava para continuar a sua caminhada.

E assim foi um povo que caminhava unido e que já havia criado suas próprias ferramentas que, finalmente, avistou o fim do desfiladeiro e o amanhecer de um novo dia. A "abertura" política é simbolizada pela imagem da chegada à planície, espaço mais aberto em que o povo pode caminhar sem tantos obstáculos. Mas este caminho mais desimpedido ainda tem muitos perigos e obstáculos: quase todas as greves ainda são declaradas ilegais e reprimidas, a polícia continua a não respeitar os direitos dos pobres, muita gente não tem emprego e, por vezes, nem mesmo casa onde morar, as condições de vida na periferia continuam difíceis e o custo de vida está pela hora da morte. A gente ainda tem pela frente muito caminho para percorrer em busca de uma vida melhor.

E é aí que, de repente, aparece uma encruzilhada e o caminho se bifurca. Esta encruzilhada representa a multiplicação dos partidos políticos, cada um propondo um caminho diferente para o povo. A gente hoje está colocada diante de um problema novo: até aqui todo mundo tinha vindo junto por um caminho que a gente mesmo ia traçando à medida que avançava. Agora, diante destes caminhos que se dividem, que rumo tomar?

No seio mesmo da Igreja e do povo surgem muitas dúvidas e posições diferentes. Alguns preferem fingir que o problema não existe. Outros, lembrando-se que, no passado, o povo sempre foi manipulado pelos políticos, acham que partidos e política são coisas sujas e que mais vale não se meter nisto. Há também os que pensam que agora a Igreja não deve mais se interessar por política que é coisa para ser feita "lá fora", nos partidos, sindicatos, etc. Outros estão preocupados em proteger o povo das infiltrações e instrumentalizações dos grupos políticos ou do próprio Governo, interessados todos em aproveitar o espaço e as lideranças que nasceram nas comunidades e movimentos populares. E existem também aqueles que querem colocar as comunidades a reboque dos partidos, achando que só eles podem servir de ponte para o povo chegar ao poder.

Frente a toda esta discussão, tem ainda muita gente desinformada e que se sente insegura sem saber bem o que são os partidos políticos, para o que servem e qual o papel que podem desempenhar do ponto de vista da caminhada do povo.

Estas questões são complicadas mesmo e se a gente não parar um instante para pensar bem o que fazer diante de tudo isto pode acontecer que cada um acabe indo para um lado diferente, o que significaria a divisão e o enfraquecimento do movimento popular.



1. Nossa história é a história de uma caminhada



2. por um desfiladeiro escuro e perigoso

A história do Povo de Deus continua hoje como antigamente.



3. Às vezes nossa fé parecia uma luz fraca diante de tanta escuridão



4. nessa caminhada, muitas vezes o povo teve de se dar as mãos



5. para enfrentar os perigos

Na caminhada, o povo encontra perigos e dificuldades. Mas, está sempre certo da *Promessa* e da *Presença* de Deus com ele.



6. e as ameaças que bloqueavam o caminho



7. as dificuldades eram tão grandes que alguns desanimavam e queriam voltar para trás



8. Nessas horas era a nossa esperança que nos sustentava e nos encorajava

25. Diante desses vários caminhos, o povo ficou um momento sem saber direito para pra onde ir



26. alguns fingiram que o problema não existe



O caminhar deste povo é como uma roda que gira assim:

- a FÉ faz ver o que está acontecendo.
- A ESPERANÇA anima a todos para vencer as dificuldades.
- A CARIDADE assume a responsabilidade de fazer o bem.

É por isso que a ligação entre fé e política vem das exigências da Caridade. O problema político é assunto da Caridade. Como viver a caridade e fazer o bem para que todos tenham vida?

27. outros achavam que essa história de política não cheirava bem



28. alguns acharam que, agora, as comunidades e a Igreja não precisavam mais se ocupar de política, coisa pra ser feita "lá fora"



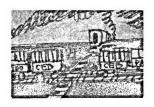
29. outros se comportaram como se tivessem que proteger um rebanho indefeso dos lobos e dos cães selvagens que rondam à volta



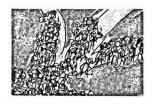
30. havia os que queriam colocar as CEBs a reboque dos partidos



31. mesmo com o risco de dividir e enfraquecer as comunidades



32. por causa disso tudo, o risco de divisão do povo era grande





33. mas houve também muita gente que achou que a gente tem de evitar a divisão a todo custo



34. o jeito para evitar é juntar todo mundo para discutir, participar



35. e ver como é que a gente pode enfrentar sem medo toda essa questão de partidos, programas, eleições e tudo o mais.

A Caminhada do Povo

Este primeiro conjunto apresenta o princípio básico sobre fé e política: Deus está presente na vida e nas lutas do povo.

- 1. O Deus de nossa fé foi o que se revelou na história de um Povo. É o Deus que se apresentou como uma presença libertadora para organizar o povo na fraternidade. É o Deus do êxodo (Êx 3). Ele faz surgir uma organização social nova, onde não pode haver nem opressão e nem marginalização (Êx 22, 17-31). É o Deus da Justiça e do Amor (Êx 34, 6). Ele é o Defensor dos pobres, dos órfãos e das viúvas (Sl 103; 146; 82).
- 2. O Povo de Deus conhece a Deus na prática da justiça e do amor. Assim falaram os profetas. É isso que Deus quer e exige do seu povo (Oséias 6, 6; Jeremias 22, 1-16). Deus é amor, e quem ama conhece a Deus, age como Deus age (1 João 4, 7-20). É no encontro com o irmão, e principalmente com os irmãos pobres, que nos encontramos com este Deus Vivo e Verdadeiro. É por isso que a base de toda a nossa ação, e da organização da cidade, deve ser a vida de fé, de esperança e de caridade. Principalmente de caridade, o amor a Deus e aos irmãos.
- 3. Assim, a ação política visa a construir o bem comum. Todos devem participar. Ninguém pode ficar de fora. É por isso que se trata de um assunto que interessa de perto à caridade. Pois, amar é querer o bem. A expressão política do amor, então, é o ato de querer e de fazer o bem para todos. A política procura organizar as condições, os serviços e as instituições para que todos possam participar, e serem beneficiados por este bem comum.

Sugestões para usar o material

- Mostre a ligação entre as lutas do povo hoje e as antigas lutas do povo de Deus no passado, tal como são resumidas em Deuteronômio 24,6ss.
- Por que temos dificuldade em perceber que a ação política faz parte da caridade?
- Por que a Bíblia insiste tanto no fato de que Deus está presente nas lutas do seu povo? Mostre como Deus aparece na vida da comunidade de vocês.

Deuteronômio 26,5-10

"Meu pai era migrante. Ele desceu ao Egito. E ali morou com poucas pessoas. Depois, tornou-se uma nação grande, forte e numerosa. Os egípcios, porém, nos maltrataram e nos humilharam, impondo-nos dura escravidão. Gritamos então ao Senhor, Deus dos nossos pais. E o Senhor ouviu a nossa voz: viu a nossa miséria, nosso sofrimento e nossa opressão. E o Senhor nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios. E nos trouxe a este lugar, dando-nos esta terra, uma terra onde mana leite e mel. E agora eis que trago as primícias dos frutos do solo que tu me deste, ó Senhor."

Puebla, 513-516

"A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto relevante da convivência humana. Possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Mas nem por isso esgota a gama das relações sociais. A fé cristã não despreza a atividade política. Pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima.

A Igreja, falando ainda em geral, sem distinguir o papel que compete a seus diversos membros, sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade:

— porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Por isso ela critica aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e po-

lítica, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí.

— Efetivamente, a necessidade da presença da Igreja no âmbito político, provém do mais íntimo da fé cristã: do domínio de Cristo que se estende a toda a vida. Cristo marca a irmandade definitiva da humanidade; cada homem vale tanto quanto o outro: 'Todos sois um em Cristo Jesus' — Gl 3,28.''

Os partidos políticos antes de 1964

De onde vêm os partidos políticos que estão hoje diante de nós? Qual a participação do povo na formação e na direção dos partidos? Que interesses os partidos representaram ao longo da nossa história?

Para responder a estas perguntas é preciso voltar alguns anos atrás e tentar reconstituir a história dos partidos políticos no Brasil de 1945 para cá.

1945 é uma data-chave na nossa história. Neste ano, após 15 anos de regime autoritário, Getúlio Vargas é derrubado do poder. O Brasil entra num período de vida democrática que vai durar até o movimento militar de 1964. Constituem-se novos partidos políticos, mas apenas 3 deles vão ter realmente expressão nacional: PSD, PTB e UDN.

2 destes partidos são criados pelo próprio Getúlio: o PSD com a finalidade de canalizar o voto dos setores rurais mais conservadores e o PTB encarregado de representar as massas trabalhadoras urbanas. Um outro partido conservador, a UDN, exprime os interesses das camadas médias urbanas. Em São Paulo surge ainda o PSP, dependente do prestígio pessoal de seu líder Adhemar de Barros.

Muita gente ainda se lembra com saudade do entusiasmo popular durante as campanhas eleitorais. Na hora da eleição, todo mundo se interessava por política, as cidades ficavam cobertas com a propaganda dos candidatos e a apuração dos votos era acompanhada de perto. No entanto, o povo só era chamado a participar na hora da eleição. Os partidos recebiam apoio popular sob a forma dos votos dados a seus candidatos mas não eram controlados pelo povo.

Na verdade, os partidos serviam sobretudo de instrumento para que os políticos pudessem chegar ao poder nas costas do povo. Cada líder político estabelecia uma espécie de relação pessoal com a massa de gente que votava nele e que, em troca, esperava dele uma solução de seus problemas. Cada político construía uma imagem capaz de impressionar suas "bases eleitorais".

Na realidade, quase todos os políticos falavam muito em povo mas não representavam seus interesses. Eles olhavam o povo de cima, como uma massa de gente sem consciência nem organização que podia ser manipulada com promessas e favores. É por isso que este estilo de ação política é chamado de "populismo". Os políticos populistas precisavam do povo para se eleger e, uma vez no Governo, aproveitavam-se dos recursos do Estado para distribuir favores a seus eleitores e também para satisfazer algumas reivindicações populares. Porém, eles sempre procuravam bloquear as tentativas do povo de se organizar livremente, de baixo para cima, para lutar por seus próprios direitos e interesses.

Foi assim que Getúlio Vargas, por exemplo, deu de presente aos operários uma legislação trabalhista há muito tempo reivindicada mas, ao mesmo tempo, impôs uma estrutura sindical, controlada de cima para baixo, que até hoje mantém os sindicatos atrelados ao Estado.

Com o passar dos anos, o povo foi se dando conta de que seus interesses mais profundos não seriam jamais atendidos por estes partidos clientelistas e eleitoreiros ou por estes políticos para quem o povo não passava de uma margem de manobra. No entanto, justamente quando começavam a aparecer os primeiros sinais de uma organização do povo de baixo para cima, livre da dependência dos líderes populistas, aconteceu o movimento militar de 1964.

Sob o pretexto de combater a corrupção e a subversão, os militares derrubaram o Governo de João Goulart, assumiram todos os poderes, suprimiram os velhos partidos, cassaram os mandatos dos políticos mais populares e acabaram com as eleições diretas. O objetivo dos novos donos do poder passou a ser a despolitização e a marginalização do povo.



36. Antônio, que era o membro mais velho da comunidade, contou como é que era antes de 64, quando havia muitos partidos e todo mundo se interessava pela política

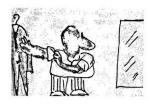


37. na época de eleições, as praças enchiam de gente pra ouvir os candidatos. O pessoal não era muito ligado com partido, preferia mesmo os políticos

Esta história conta como o Povo de Deus enfrentou um problema político importante.



38. Mas quem eram esses políticos que falavam tanto em povo?



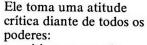
39. será que eram gente do povo



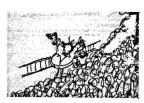
40. ou se disfarçavam de povo?



41. cada um com o seu partido debaixo do braço



- critica os erros do governo do rei,
- fica atento contra a exploração e manipulação do povo.



42. o que eles queriam mesmo era subir nas costas do povo



43. e na hora da eleição usar o partido como escada pra chegar ao poder

44. e uma vez lá em cima

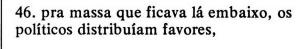


45. aproveitar de todas as mordomias que o governo dá



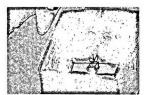
As pessoas vêem as coisas de maneiras diferentes. Mas as soluções aparecem depois de muita discussão do desejo e do esforço de fazer uma organização social do jeito que Deus quer:

- as opiniões são diferentes,
- uns queriam ir por um lado e outros por outro,
- uns achavam bom ter um rei e outros achavam que não.





47. quando a gente ia ver, era pouca coisa para muito embrulho



48. pouco a pouco o povo foi-se dando conta que era ele que elegia os políticos, mas os políticos não resolviam os problemas do povo



49. o pessoal começou a perceber que tinha de se organizar para que o povo um dia pudesse chegar de verdade ao governo



50. mas aí veio 1964, o grande vendaval



51. que varreu os velhos políticos, os velhos partidos e, no bolo, o principal: as tentativas do povo de se organizar



Mas, numa coisa este povo estava de acordo: a Política só dá certo quando nela entra o bem que Deus quer para o seu povo.

O Discernimento e a Responsabilidade

Esta segunda parte mostra como se faz política na prática. Sendo um ato de amor a ação política exige discernimento e responsabilidade.

1. — O povo aprende a discernir é na luta concreta. É na prática que o povo toma consciência, e procura novos caminhos e novos instrumentos para a sua organização.

A política é um ato responsável. Isto quer dizer que é um ato consciente, livre e assumido por pessoas maduras e cristãs. A política exige discernimento. Não pode ser guiada por interesses egoístas. Nem das pessoas e nem dos grupos. O seu grande critério é a justiça e o bem comum. Não está certo também ser puxado pelo cabresto dos outros.

2. — A primeira coisa que a gente deve lembrar, como os Bispos em Puebla, é a autonomia do campo político. A política é feita por vários grupos. Eles podem ter opiniões e até programas diferentes. Mas o importante é que todos visem encontrar caminhos e instrumentos para assegurar uma organização justa na sociedade, para que todos participem. As organizações políticas são um serviço para procurar e assegurar o bem comum (Puebla, 517-519).

3. — Outra coisa importante a notar é que todos devem participar, e fazer política. Isto porque todos são cidadãos livres e responsáveis. É um direito e um dever do cidadão dar a sua opinião. Criticar o que está errado. Sugerir novos caminhos. Indicar as necessidades reais da vida do povo. A política não pode ser feita por um grupo que tudo sabe, e manipula o povo, pois o primeiro sujeito da ação política é o povo organizado para fazer valer os seus direitos de cidadão.

Sugestões para usar o material

[—] Comparem as críticas feitas ao Rei, em 1 Samuel 8,10-22, com as críticas das projeções sobre os políticos que procuram manipular o povo.

Vocês acham que é possível ter opiniões políticas diferentes entre as pessoas de uma mesma comunidade? Vocês acham que mesmo assim a comunidade ficará unida? Expliquem por quê?

Samuel 8, 10-19

"Samuel expôs todas as palavras do Senhor ao povo que lhes pedia um rei. Ele disse: Este é o direito do rei que reinará sobre vós. Ele convocará os vossos filhos e os encarregará dos seus carros de guerra e dos seus cavalos e os fará correr à frente do seu carro; e os nomeará chefes de mil e chefes de cinquenta, e os fará lavrar a terra dele e ceifar a sua seara, fabricar as suas armas de guerra e as peças de seus carros. Ele tomará as vossas filhas para perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tomará os vossos campos, as vossas vinhas, os vossos melhores olivais, e os dará aos seus oficiais. Das vossas culturas e das vossas vinhas ele cobrará o dízimo, que destinará aos seus eunucos e aos seus oficiais. Os melhores dentre os vossos servos e as vossas servas, os vossos bois e os vossos jumentos, ele os tomará para o seu serviço. Exigirá o dízimo de vossos rebanhos, e vós mesmos vos tornareis os seus escravos. Então, naquele dia

reclamareis contra o rei que vós mesmos tiverdes escolhido, mas o Senhor não vos responderá naquele dia. O povo, no entanto, recusou-se a atender a palavra de Samuel, e disse: 'Não! Queremos um rei e seremos, nós também, como as outras nações: o nosso rei nos julgará, irá à nossa frente e fará as nossas guerras.'."

Puebla, 519, 520, 521, 522

"A Igreja contribui assim para promover os valores que devem inspirar a política, interpretando em cada nação as aspirações de seus povos especialmente os anseios daqueles que uma sociedade tende a marginalizar. E o faz mediante seu testemunho, sua doutrina, e sua multiforme ação pastoral."

A política do regime autoritário

(de 1964 até a "abertura")

Apesar de toda a demagogia e do elitismo dos líderes populistas, no período entre 1945 e 1964 o povo tinha pelo menos a ilusão de participar na vida política pelo voto. Embora ele mesmo não chegasse jamais ao poder, era o povo, afinal de contas, que escolhia e elegia seus candidatos preferidos. Estes, por sua vez, eram sempre obrigados a fazer algumas concessões a fim de assegurar sua reeleição.

A partir de 1964 tudo isto muda. Agora não há mais eleições diretas para Presidente nem Governador e as eleições de deputados e vereadores não valem mais quase nada. Todo o poder está concentrado nas mãos das Forças Armadas, que governam com o apoio de tecnocratas que decidem sobre tudo sem ter sido eleitos por ninguém e sem ter que prestar contas do que fazem a ninguém.

A palavra de ordem do regime militar é "Segurança e Desenvolvimento". Mas Segurança para quem? Certamente não para o povo privado de seu direito de participar politicamente, de se organizar em partidos e sindicatos e de lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Na verdade, a partir de 1964 o povo passou a viver numa situação de insegurança permanente diante

de um Estado todo-poderoso para quem qualquer reivindicação ou divergência era sinônimo de subversão.

Desenvolvimento para quem? Certamente também não para os operários submetidos ao arrocho salarial, aos índios e lavradores expulsos de suas terras e aos moradores das periferias urbanas sem condições de moradia e de trabalho decentes. Desenvolvimento mesmo só para os ricos que ficaram cada vez mais ricos enquanto que a grande maioria do povo ficava cada vez mais pobre.

Para fazer a gente esquecer esta vida de miséria e manter todo mundo quieto no seu canto, o Governo procurou nos enganar falando de um Brasil Grande Potência, de um milagre econômico e do crescimento de um bolo de riquezas que um dia seria dividido por todos. Mas enquanto este dia não chegava, ai de quem ousasse reclamar condições de vida e de trabalho mais dignas. A repressão se encarregava de silenciar os que ela chamava "agitadores", "subversivos", "inimigos da pátria". E ninguém ficava sabendo de nada porque a censura só deixava divulgar o que o Governo queria. Dia e noite a televisão entrava pela cabeça da gente, contando mentiras, valorizando um estilo de vida e de consumo ao

qual o povo jamais poderia ter acesso e fazendo com que a gente vivesse sonhando, longe da nossa realidade.

Esta foi uma época de medo e de sofrimento para o povo. As pessoas andavam de cabeça baixa, cansadas e silenciosas. "Contente com tudo isso ninguém estava. Mas cadê de pensar num modo de mudar essa vida ruim? Não conseguimos descobrir por que está tudo assim tão ruim. Mais difícil ainda é descobrir o que fazer para mudar. A gente era uma porção de viventes dispersos, não um povo."



52. Aí Maria, a animadora da comunidade, entrou na conversa para contar como foram duros os anos depois de 1964



53. as praças ficaram vazias de povo e por toda parte só se ouvia "segurança e desenvolvimento"

É um povo que luta mudar e organizar a sociedade. Age para implantar a justiça e o amor que Cristo quer e também ajuda a realizar.



54. Pro povo, "segurança" quis dizer repressão

Este trecho leva a pensar sobre o que é a política, e o que é o Povo de Deus lutando neste mundo.



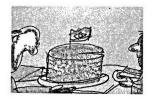
55. o povo não tinha vez



56. e nem voz. Cada um tinha que ficar quieto no seu canto



57. Tinha também o que eles chamavam "desenvolvimento". Eles diziam que estávamos todos fazendo crescer o bolo



58. Na hora de repartir, uma fatiazinha pro povo



59. e o resto pro patrão.

Durante toda a sua história o Povo de Deus enfrenta problemas. São João nos conta que no seu tempo os cristãos passaram por um grande sofrimento econômico e político.

Mas a perseguição foi motivo de maior união e de engajamento mais firme do povo. O pessoal foi crescendo como povo dentro da perseguição, e por causa dos sofrimentos que caíram sobre eles. 60. o povo aprendeu então que "desenvolvimento" queria dizer exploração e muito arrocho



61. Essa também foi a época do "Milagre" e do "Brasil Grande". Uma fachada bonita pra tapar nossa miséria crescente. Milagre mesmo foi a gente conseguir sobreviver



62. Para iludir e distrair não faltavam recursos



63. e a gente até chegava a esquecer a nossa realidade



64. tão cheia estava a cabeça de ilusões



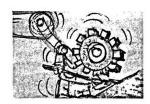
65. mas a realidade de cada dia começava às quatro, às cinco da manhã

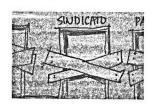


66. no bairro, na condução.



67. na fábrica, a realidade era dura demais pra gente não querer mudar





68. mas mudar como, se as organizações do povo tinham sido destruídas e a gente tinha medo da repressão?



69. E não era só na cidade que o povo sofria





70. os trabalhadores do campo, lavradores, posseiros, também estavam ameaçados



71. eram expulsos da terra que cultivavam, da terra que era deles



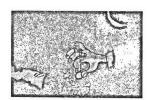
72. pra deixar lugar para o gado das grandes companhias e dos grandes proprietários



73. Sem terra, o jeito era ir pras cidades e trabalhar no que pintasse, como bóia-fria



74. um trabalho duro, de sol a sol



75. pra no fim do dia ganhar um salário de miséria

76. e desse regime ninguém escapa



77. os nossos irmãos índios viram chegar gente prometendo mundos e fundos



78. e o discurso era tão convincente que eles acreditaram



79. mas nenhuma promessa impediu que os territórios reservados por lei aos índios fossem invadidos.



O Estado Longe do Povo

A política é sempre uma tarefa de muita responsabilidade. Mas, em tempos de injustiça social maior, a participação política pode trazer sofrimento para o povo que quer participar e mudar a situação para melhor.

1. — Esta terceira parte mostra-nos o ponto mais importante do conjunto: — Jesus Ressuscitado torna-se presente na história através do testemunho e da luta do seu povo.

Isto é o que ensina o livro do Apocalipse. E também os evangelhos (Marcos 13; Mateus 10; João 16). O Povo de Deus sempre enfrentou problemas, e viveu em situações sociais onde se manifestaram injustiça, opressão e até tirania.

- 2. Mas, o tempo de dificuldade, e até de perseguição, é a ocasião para o crescimento do povo como sujeito de sua história: crescemos na união e no engajamento comum.
- 3. Esta situação difícil se torna uma escola. A gente diz que o povo fica "politizado". Ele toma consciência da situação, e começa a agir de maneira mais organizada. Esta consciência política leva, então: a julgar os poderosos e sua maneira de agir;

— ensina também o que é ser Igreja, povo unido na caridade e em busca de Justiça para realizar tudo o que Deus quer; a Igreja é O Povo de Deus que vive no meio do povo todo e participa de suas lutas e de suas organizações. O Povo de Deus entra na política.

Sugestões para usar o material

[—] Vocês podem dizer se a comunidade já passou por lutas e por sofrimentos? E nesta situação, vocês acham que houve resultados positivos?

[—] Vocês acham que a Igreja mudou por causa desta participação nas lutas do povo? Expliquem de que jeito isto aconteceu.

Apocalipse 7, 13-17

"Nisso um Ancião me perguntou: — Quem são estes, vestidos de branco, e donde vêm? — Senhor, respondi, tu é que sabes! Ele disse: — São os que vieram do grande sofrimento, lavaram as roupas e as alvejaram no sangue do Cordeiro. Por isso estão diante do trono de Deus, e dia e noite o servem no seu templo, O que está sentado no trono está presente com eles. Não terão mais fome e nem sede. O sol e o calor não lhes farão mais mal algum. Pois o Cordeiro que está no meio do trono os apascentará e conduzirá às fontes das águas da vida. E Deus vai enxugar toda lágrima dos seus olhos".

Puebla, 521

"Devemos distinguir dois conceitos de política e de compromisso político: primeiro, a política em seu sentido mais amplo que visa o bem comum, no âmbito nacional e no âmbito internacional. Corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda a comunidade — a concórdia interna e a segurança externa — conciliando a igualdade com a liberdade, a autoridade pública com a legítima autonomia e participação das pessoas e grupos, a soberania nacional com a convivência e solidariedade internacional. Define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo, a política interessa a Igreja e, portanto, a seus pastores, ministros da unidade. Ē uma forma de dar culto ao único Deus, dessacralizando e ao mesmo tempo consagrando o mundo a Ele (GS 34)."

A maneira de o povo fazer política durante os anos de repressão

O regime militar em vigor desde 1964 cortou todas as ligações entre o povo e o Governo. As decisões que afetam diretamente a vida do povo passaram a ser tomadas sem qualquer discussão ou participação popular.

Foi justamente quando os donos do poder fecharam os canais tradicionais de expressão dos interesses populares — sobretudo os partidos políticos e os sindicatos — que a Igreja começou a abrir suas portas para os que não tinham voz nem vez. Pouco a pouco foram-se formando pequenos grupos, baseados em relações de amizade e vizinhança. Assim nasceram as comunidades de base que viriam a ser estes "pontos de luz na periferia escura das cidades".

Nas comunidades, dentro de uma clima de fé, o povo analisa os fatos da sua vida à luz da Palavra de Deus. "Nossas orações falam sobre nossa vida e problemas, e celebramos nosso sofrimento e nossa solidariedade na luta".

Esta convivência em comunidade fortalece os laços de confiança, solidariedade e ajuda mútua entre a população pobre e se prolonga em pequenas ações de melhoria da vida no bairro. "A gente vai aprendendo que é na gente que está a solução e que os

pequenos grupos são o lugar onde o povo fala e pode ser ouvido. A gente vai se dando conta de que o povo será ouvido somente quando tiver força e isto significa união e participação."

Esta caminhada do povo que vai se organizando em comunidades e movimentos é, em si mesma, um fato político de grande importância. Justamente quando o Governo mais tentou marginalizar o povo, o povo respondeu criando, de baixo para cima, seus próprios espaços de liberdade e fabricando suas próprias ferramentas de luta.

Durante estes anos todos, de vez em quando o povo era chamado a votar. Não havia mais eleições diretas para cargos executivos e, nas eleições para o poder legislativo, só existiam dois partidos políticos: Arena e MDB. Ambos haviam sido criados artificialmente pelo Governo em 1965 e sua margem de ação era extremamente limitada já que o poder executivo praticamente concentrava todos os poderes.

Estes dois partidos só tinham existência real na hora das eleições e nunca tiveram verdadeiras raízes populares. Até 1974 o desinteresse popular pelas eleições foi muito grande. Muita gente achava que as eleições eram uma farsa destinada apenas a

dar uma aparência de legitimidade democrática ao regime autoritário. Como o voto era obrigatório, nas eleições de 1970 em São Paulo, o número de votos nulos e brancos foi o dobro dos votos dados ao partido de oposição.

Já nas eleições de 1974, realizadas num clima de menor repressão, o povo votou maciçamente no MDB exprimindo assim seu repúdio ao regime autoritário.



80. Diante de todas estas dificuldades, sabíamos que seria necessário nos unir cada vez mais.



81. Para uma caminhada tão difícil, precisávamos nos preparar. Era necessário aprofundar nossa fé.



82. Ao ler a Bíblia e rezar com toda a comunidade, percebemos que nosso Deus é um Deus de amor e de justiça

A vida na fé e no testemunho tem por base a própria missão de Jesus. Aí está a fonte inspiradora do serviço que os cristãos têm que prestar na política.



83. e que os cristãos devem mostrar esse amor e essa justiça nas lutas de todos os dias

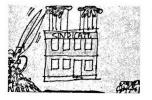


84. As mães da comunidade criaram os clubes de mães e todo mundo fez mutirão para construir os centros comunitários

Jesus foi tentado pela riqueza e pelo poder (Lc 4,1-13). Mas, ele venceu esta tentação, e mostrou que sua missão seria de outro jeito.



85. E foi assim que a gente foi percebendo que quando a gente se junta é capaz de mudar as coisas



86. era importante ajudar a livrar o sindicato, atrelado ao governo.



87. A gente quer cortar os cordões

Lucas 4,14-21 explica o dinamismo de sua missão:
— diz que o Espírito de Deus levou-os a anunciar o Evangelho dos pobres,
— a trazer a libertação para os presos e oprimidos,
— e a inaugurar uma nova situação, uma sociedade mais justa e mais fraterna.

88. para que o povo possa voltar a ter o sindicato como defensor dos seus verdadeiros interesses



É preciso ver a ligação entre aquilo que o povo faz e aquilo que Jesus Cristo fez: assim, o Espírito HOJE nos levou

— a um trabalho de evangelização e de conscientização;

— de organização e de lutas populares pela justiça e pela fraternidade. 89. A necessidade nos fez criar os Centros de defesa dos direitos humanos, para nos proteger da violência oficial.



90. Todas essas coisas eram ferramentas que a gente foi fabricando ao longo da caminhada



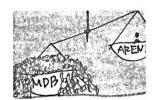
91. Ao mesmo tempo, de vez em quando deixavam a gente votar



92. Havia só dois partidos, a Arena, ajudada de todo jeito pelo Governo, e o MDB, que fazia a oposição que era permitida.



93. O Governo se encarregava de todo tipo de artifícios legais pra dar a vitória à Arena. Mesmo desconfiado, o povo cada vez votava mais no MDB, para exprimir seu protesto.



A Missão de Jesus e o Projeto Político

- 1. Na ação política, o importante também é ver a sua motivação. Para os cristãos esta motivação vem da fé no projeto de Deus revelado por Jesus Cristo. Pois, a nossa missão na sociedade é continuar a própria missão de Jesus. Foi por isso que os Bispos, em Puebla, disseram: "Efetivamente a necessidade da presença da Igreja, no âmbito político, provém do mais íntimo da fé cristã: do domínio de Cristo que se estende a toda a vida" (Puebla, 516).
- 2. Jesus, depois de ser tentado pelas riquezas e pelo poder do mundo, mostra que a sua opção é contra este velho estilo de poder.
- 3. Jesus supera as tentações fazendo a vontade do Pai. Seu projeto é o Reino de Deus que vem libertar e salvar os pobres e oprimidos. O Reino está na presença do Espírito de Amor que orienta todas as opções e leva a organizar a sociedade de modo fraterno e justo. Jesus, então. define a sua missão em termos de libertação dos pobres. Ele veio realizar o projeto de Deus. E a salvação que ele traz é integral, e salva os homens em todas as dimensões da vida. A Igreja deve continuar esta mesma missão de evangelização e de libertação. A atividade política é a maneira de fazer com que esta realidade penetre em todos os níveis da vida humana na sociedade (Puebla, 226-231).

Sugestões para usar o material

[—] Jesus escolheu o que era importante para fazer, e vocês como é que escolhem as coisas importantes para a comunidade, para o bairro, para a cidade?

[—] Vocês fazem avaliação da vida e dos programas que vocês disseram que iriam realizar? A missão de Jesus questiona os projetos que vocês tem? Expliquem como.

Lucas 4, 14-21

"Jesus voltou para a Galiléia, e o poder do Espírito estava com ele. A sua fama espalhou-se então pelas redondezas. Ele ia ensinando pelas sinagogas de modo que todos o elogiavam. Então, ele chegou a Nazaré onde havia crescido, e num sábado como era seu costume, entrou na sinagoga e levantou-se para ler as Escrituras. — Deramlhe o livro do profeta Isaías, e ele abriu o manuscrito nesta passagem:

O Espírito do Senhor está sobre mim, Ele me ungiu para ir pregar a boa-nova aos pobres, e anunciar a liberdade aos presos, a vista aos cegos, e para libertar os oprimidos e para publicar o Ano da Graça do Senhor.

Depois, ele fechou o manuscrito, entregou-o ao ministro da sinagoga, e sentou-se. E então começou a dizer a todos: Hoje realizou-se este trecho da Escritura que acabaram de ouvir."

As tentativas de controlar e dividir o movimento popular

É a partir de 1974 que o Governo começa a falar na conveniência de uma política de "distensão" ou de "abertura" política a ser conduzida de forma "lenta, gradual e segura". As causas desta mudança de estratégia dos donos do poder são diversas. De um lado, a euforia do "milagre econômico" do início dos anos 70 é substituída por uma preocupação cada vez maior diante da inflação, da concentração de riqueza nas mãos de uns poucos, do empobrecimento da grande maioria, do endividamento externo, etc. De outro, aumenta o descontentamento dos mais variados setores sociais com a falta de liberdade e com a situação de insegurança gerada pelo crescimento de um aparelho repressivo todo-poderoso que, por vezes, nem o próprio Governo consegue controlar.

Os donos do poder vêem também com preocupação crescente este lento processo de fortalecimento, na base, dos movimentos populares e o clamor geral por um restabelecimento imediato do estado de direito.

Diante de tudo isto, o Governo decide tomar a iniciativa de liberalizar o regime de cima para baixo. Para poder preservar o essencial, que é a manutenção do seu monopólio do poder político, é preciso fazer algumas concessões. O Governo, no entanto, se reserva o direito de controlar o ritmo e os limites da "abertura".

Na verdade, a adoção de algumas medidas liberalizantes — como o abrandamento da censura à imprensa, a revogação do AI-5 e a anistia aos prisioneiros políticos — é acompanhada por uma série de manobras visando a dividir e controlar os diversos componentes do movimento popular.

O objetivo fundamental do Governo nesta nova etapa é justamente quebrar a unidade que se vinha formando entre todos os setores democráticos que se opõem à continuação do regime autoritário. Para isto é preciso que cada um fique no seu lugar: a Igreja é para rezar e não para questionar estruturas injustas e defender os direitos humanos; os sindicatos podem negociar melhores salários mas sempre sob a tutela do Ministério do Trabalho e sem colocar em risco a política econômica do Governo: os movimentos de bairro não devem se meter onde não são chamados, dando opinião sobre o custo de vida ou criando fundos de apoio a operários em greve; os estudantes só podem falar dentro do recinto das universidades e os políticos dentro dos Parlamentos.

A revogação dos atos de exceção amplia um pouco os espaços de participação política mas quem ousar extravasar dos novos limites do que é tolerado pelo Governo continuará a ser reprimido. É o que vai acontecer, por exemplo, com os dirigentes sindicais e operários do ABC, enquadrados na Lei de Segurança Nacional por sua participação na greve de 1980.

Para o Governo, política é coisa para ser feita pelos partidos e pelos políticos profissionais, e só por eles. A participação do povo na política deve se limitar a ir votar uma vez cada quatro anos e mais nada. O ideal para o Governo é, portanto, limitar o jogo político a uma competição eleitoral entre partidos e às discussões inúteis dentro dos Parlamentos. Os políticos podem falar à vontade desde que deixem na mão do Governo os centros de decisão e de poder.

Para completar esta estratégia de divisão e enfraquecimento do movimento democrático, o Governo precisava ainda evitar a repetição do que acontecera nas eleições de 1974 e 1978 quando o povo votara maciçamente no partido único de oposição. Para isto, o Governo impõe, em 1979, a dissolução tanto da Arena quanto do MDB e estimula a formação de novos partidos polí-

ticos. A divisão da oposição em vários partidos permite ao Governo seja cooptar e manipular os que lhe sejam mais favoráveis, seja reprimir e neutralizar os que ele considera indesejáveis.



94. Pois é, disse Ana, a atividade pastoral começou a preocupar o pessoal lá de cima.



95. Nosso movimento começou fraquinho, devagarinho,





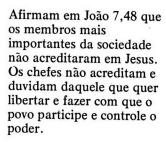
96. nasceu fraquinho; como orvalho, gota a gota ele foi criando um fiozinho de água



97. que depois foi se juntando a outros fiozinhos, formando primeiro um córrego, depois virando rio,



98. até virar esse rio caudaloso que é o movimento popular

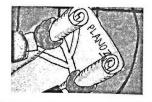




99. O Governo viu lá de cima esse rio crescendo e ficou muito preocupado



100. Mais do que isto: assustado. Era preciso fazer alguma coisa

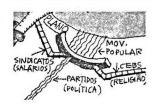


101. E se pensou num plano pra dividir e canalizar esse rio

Estes poderosos chamam o povo de "gentalha" ignorantes e maldita (João 7,49). É sempre assim: o povo é sempre desprezado. A gente não vê nem a capacidade, nem a força que o povo tem para mudar as coisas, e para organizar a cidade de outro jeito.

Os poderosos não aceitam que a transformação da sociedade vem de outro jeito que planejaram. O pessoal da política que está por cima, não confia muito nas organizações populares, e diz que não têm força para enfrentar o poder e mudar tudo em benefício do povo (João 7,52).

102. O plano mostra que é importante para o Governo que a Igreja só se ocupe de religião, que os sindicatos só existam para discutir salário e que a política fique só com os partidos.



103. O plano é represar o rio e controlá-lo, deixando passar apenas um filete de água



104. o dos partidos políticos — política, só com eles



105. mas mesmo esse canal de política partidária tinha de ser represado e dividido, senão o partido da oposição acabava ganhando



106. Pro Governo, política só deve acontecer a cada quatro anos: votar formalmente, na hora da eleição, e discutir, só no parlamento



107. ...



Os Poderosos e a Participação do Povo

- 1. A cena descrita por João 7 indica o que acontece na ação política concreta. Os poderosos desprezam o povo, e querem somente manter o poder. Mas, neste processo vê-se que a resposta do povo é muito importante. Pois o Evangelho é pregado a todos. Contudo, na sociedade alguns grupos continuam obedecendo aos seus próprios interesses. Não querem mudar nada. Pretendem manter tudo do mesmo jeito.
- 2. Entretanto, quem acredita no Evangelho tem que tomar uma decisão para fazer aparecer a novidade que Jesus promete. Tal novidade vem pela decisão comum e pela ação que procura mudar o que é injusto, o que marginaliza, o que dispersa e oprime o povo. Esta decisão deve ser orientada por alguns princípios que respeitam a liberdade do povo:
- a) Evitar o elitismo que coloca alguns como os únicos capazes de tomar decisões e planejar o futuro do povo; a política se faz com a participação de todos e sem autoritarismo.
- b) A política deve ser democrática na sua maneira de fazer e no seu conteúdo. A política exige decisão e ação em favor do bem comum. Exige decisões mais concretas, e caminhos mais precisos. Faz-se necessário ir criando os instrumentos e os meios para garantir as condições para que este bem comum se realize, e todos participem dele.

c) A Igreja tem insistido que antes de pensar apenas nos partidos, é preciso se esforçar e lutar por uma organização social que multiplique os organismos intermédios. Tudo isso são as ferramentas e os instrumentos dos cidadãos para fazer valer a sua cidadania, e conquistar os direitos humanos mais básicos. A democracia se faz por esta rede de organismos de defesa e de promoção dos cidadãos livres.

Sugestões para usar o material

- Comparem João 7 com as atitudes de políticos que vocês conhecem. Há alguma semelhança? Vocês conhecem políticos que são diferentes, e que respeitam o povo?
- O que podemos e devemos fazer para que todos os políticos respeitem o povo?

João 7, 45-52

"Quando os soldados voltaram para os chefes dos sacerdotes e fariseus, estes lhes
perguntaram: — por que não trouxeram
Jesus? Os soldados responderam: — ninguém jamais falou como aquele homem!
— Os fariseus, então, perguntaram: — Ele
enganou também a vocês? Vocês já viram
um só dos nossos chefes ou um dos fariseus
que acreditasse nele? Esta gentalha não
conhece a Lei de Moisés, e por isso é
maldita!

Nicodemos que era um deles e que antes fora visitar a Jesus disse-lhes: — De acordo com a Lei, não podemos condenar ninguém antes de ouvi-lo e de procurar saber o que fez. Responderam-lhe: — Você também é da Galiléia? Estude as Escrituras, e fique sabendo que nenhum profeta jamais virá da Galiléia"

Puebla, 500

"O pecado corrompe o uso que os homens fazem do poder, levando-o ao abuso dos direitos dos outros, às vezes em formas mais ou menos absolutas. Isso ocorre mais notavelmente no exercício do poder político, por se tratar do campo das decisões que determinam a organização global do bem-estar temporal da comunidade e por servir mais facilmente não só aos abusos dos que detêm o poder, mas à absolutização do próprio poder, apoiados na força pública. Diviniza-se o poder político quando na prática ele é tido como absoluto. Por isso o uso totalitário do poder é uma forma de idolatria, e como tal a Igreja o rejeita inteiramente (GS 75). Reconhecemos pesarosamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações'

O desafio diante de nós

A abertura política, decidida e executada de cima para baixo pelos donos do poder, criou uma situação nova e desafiadora para todos nós: o objetivo do Governo é dividir o movimento popular a fim de guardar em suas mãos o controle dos centros de decisão e de poder. Para isso, ele facilitou a criação de novos partidos para serem os únicos canais permitidos de ação política.

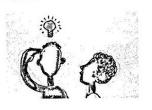
Que fazer diante deste novo quadro político e da estratégia de ação seguida pelo Governo? Até agora o povo havia construído pouco a pouco, de baixo para cima, suas comunidades e movimentos, à medida que avançava em sua caminhada. Ao longo deste percurso, o povo foi fabricando suas ferramentas de luta e criando seus espaços de liberdade sem ter, no entanto, como objetivo principal conquistar, ou mesmo influenciar, os centros de decisão e de poder encastelados no Estado.

Ora, a distância que separa o povo do Estado não pode ser superada com base somente na dinâmica dos movimentos populares. Por outro lado, as condições de vida e de trabalho da grande maioria da população explorada e marginalizada só poderão ser transformadas em profundidade se o povo for capaz de influir sobre estes centros de decisão e de poder.

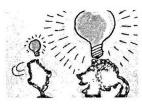
Aqui fica então uma série de perguntas para nossa reflexão: Será que os partidos políticos podem servir de ponte para que o povo possa continuar em sua caminhada rumo à construção e organização de um novo tipo de poder? Será que os partidos políticos podem servir de instrumento para que o povo aprenda a exercer um controle democrático sobre o Estado? Como evitar a repetição das experiências passadas de manipulação do povo pelos partidos e pelos políticos? Que posição tomar diante das propostas político-partidárias que estão postas diante de nós?

São estas questões por mais complexas que sejam que temos de discutir todos juntos se quisermos responder aos desafios do momento que vivemos. É preciso definir os critérios para uma participação política do ponto de vista dos interesses do movimento popular. Ora, estes critérios só podem ser extraídos da rica experiência de participação e vivência democrática que os movimentos populares vêm acumulando ao longo de sua caminhada rumo a uma sociedade mais justa e mais fraterna.

108. Diante disso as comunidades precisam ter algumas idéias claras



109. Discutindo, as idéias da gente ficam ainda mais claras...



Jesus mostra a diferença entre uma política que escraviza e uma política que é serviço. (Ler Lc. 22, 24-30)

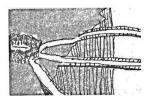
110. Está na cara que querem nos dividir e nos controlar



111. mas o que nós queremos é continuar juntos a nossa caminhada



112. Agora apareceu um novo obstáculo à nossa caminhada



113. Pra atravessar esse abismo agente precisa de pontes

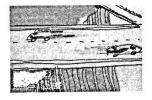


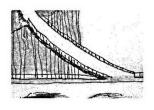
A ação política é um ato de amor, de caridade social. Deus chama o seu povo para servir na política.

114. Mas será que qualquer partido pode nos servir de ponte?



115. Pra responder a gente precisa examinar com cuidado cada um deles. Tem os que parecem grandes viadutos, onde não tem lugar para o povo





116. Tem os que parecem querer chegar do lado de lá mas no fundo são vias de acesso disfarçadas ao partido do Governo



117. tem os que, na calada da noite, são instalados pelo Governo



118. são pontes que não levam pro lado de lá



119. tem outras pontes, que servem para o povo, umas prontas, outras sendo construídas



120. Para escolher quais delas a gente vai usar é preciso ter critérios



121. Critérios que saem da nossa experiência durante nossa longa caminhada



122. A gente não pode mais aceitar, por exemplo, que a participação do povo nos partidos seja só para constar



123. os pobres, os marginalizados, os oprimidos, devem poder participar para valer

Jesus apresenta-se como alguém que tem poder (v. 27) e ele o usa para servir. Por isso a gente vê

- as nossas organziações e movimentos populares devem ser um verdadeiro serviço;
- e na hora de escolher um partido político este deve ser avaliado a partir
 - do seu desejo de servir o povo,
 - e do serviço concreto que ele presta.



124. a gente não pode mais aceitar ser enganado por frases bonitas e palavras ditas sem sinceridade



125. a política deve se fazer a partir dos interesses concretos do povo que quer que respeitem seus direitos de cidadão



126. o povo quer uma distribuição de renda mais justa



127. melhores condições de trabalho e garantia contra desemprego



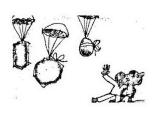
128. quer ter a posse da terra em que trabalha



129. A gente não pode mais aceitar que as decisões venham prontas de cima para baixo



130. Nem pacotes, nem presentes



131. a gente quer participar, todo mundo, da tomada de decisões





132. a gente não pode mais aceitar que os políticos só apareçam na hora de pedir voto



133. A política deve ser feita cada dia, todos os dias, por mais e melhores creches,



134. por educação para todos, uma educação que responda às necessidades do povo,



135. pelo combate ao custo de vida,



136. por melhor atendimento de saúde e melhores condições de habitação



137. o povo não quer mais ficar por baixo, segurando a rampa dos que sobem ao poder



138. o povo quer agora prosseguir sua caminhada



139. a gente vai saber que pontes não usar e que pontes vão servir pra gente chegar do lado de lá.

A maneira certa de fazer política aparece na diferença que Jesus faz entre os poderosos deste mundo e os seus discípulos. (vv. 25-26) Temos que entrar evangelicamente na política.

140. quanto a gente atravessar as pontes, vai levar as ferramentas



141. que a gente foi criando ao longo de nossa caminhada



142. Mesmo que a gente utilize mais do que uma ponte, o importante é a gente não se dividir, é manter a unidade do movimento popular,



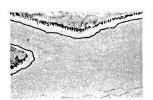
143. e prosseguir na caminhada,



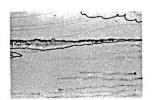
144. engrossando cada vez mais o rio que nós somos,



145. um rio que ainda vai fertilizar muita terra



146. até chegar ao mar



147.





148.



149.



150.

"Naquele dia, Jesus levantou-se e disse em voz alta:

Quem tiver sede venha até mim, e beba aquele que crer em mim.

Como diz a escritura: de dentro dele correrão rios de água viva."

(João 7: 37-38)

A Política é um Serviço

- Há, no entanto, uma maneira de fazer política que vem de uma verdadeira conversão. É o que ensina a cena apresentada por Lucas 22. A política é uma ação ética. Ela é orientada por valores morais, e é fundamentalmente um serviço ao bem comum.
- 1. Esta conversão exigida mostra que todo poder, e todo exercício do poder, devem ser vistos como um serviço ao povo. Assim todo poder e toda autoridade devem ser realizados em termos de serviço do bem comum, como foi no caso de Jesus.
- 2. Os partidos devem ser vistos como instrumentos para conseguir também este bem de todos. São instrumentos para fazer da política este serviço. Ao escolher um partido devemos ver se, de fato, ele está prestando um serviço ao povo. Suscita ele a participação democrática ou é autoritário? Ele pretende enfrentar os problemas sociais em favor do povo? O partido não pode ser um trampolim para alguns subirem no poder, e depois, deixarem o povo abandonado! O partido é uma ferramenta para servir o povo.
- 3. Fazer política não é só tomar o poder. Mas é encontrar organismos e instrumentos capazes de dividir e de controlar o exercício do poder colocando-o a serviço das classes populares e trabalhadoras. A ação política é um serviço que vai consolidando um poder popular. Somente este poder organizado com a participação dos movimentos populares é que terá força diante do poder do Estado. O povo deverá controlar o poder que confia a seus representantes no Estado para que este também se torne serviço democrático e social para o bem de todos.

Sugestões para usar o material

- No momento da Última Ceia, Jesus criticou os políticos do seu tempo. Qual é este defeito que Jesus descreve, e que a gente constata ainda hoje?
- Jesus apresentou uma alternativa? Qual seria ela?

Lucas 22, 24-30

"Surgiu uma discussão entre os Discípulos para saber qual seria o maior. Jesus, então, disse: - os reis deste mundo dominam sobre o povo, e os dirigentes são chamados de "benfeitores" do povo. Mas, entre vocês não será assim! Ao contrário, o maior deve ser como o mais jovem, e o líder como aquele que serve. Quem é o maior: aquele que se assenta para comer, ou aquele que serve? Não é aquele que está à mesa? E, eu estou aqui como aquele que serve. — Vocês ficaram comigo durante todas as minhas provações. Como meu Pai confiou-me um reino, do mesmo modo eu o confio a vocês. Hão de comer e de beber em minha mesa. no meu Reino: e assentar-se-ão sobre tronos para julgar as Doze Tribos de Israel".

Puebla, 541

"A exaltação desmedida e os abusos do Estado não podem, contudo, fazer esquecer as necessidades das funções do Estado moderno, respeitoso dos direitos e das liberdades fundamentais.

- Estado que se apóie sobre uma ampla base de participação popular.
- exercida através de diversos grupos intermédios.
- Propulsor de um desenvolvimento autônomo, acelerado e equitativo,
- capaz de afirmar o ser nacional diante de pressões ou interferências indevidas, tanto em nível interno como internacional.
- Capaz de adotar uma posição de ativa cooperação com os esforços de integração continental, e no âmbito da comunidade internacional.
- Estado, enfim, que evite o abuso do poder monolítico, concentrado nas mãos de poucos."

Jesus Cristo Sofredor

Seu nome é Jesus Cristo e tem um Rosto de Indígena, de Afro-americano Que sofre em condições desumanas Vivendo pobre e marginalizado. Seu nome é Jesus Cristo: o Homem do Campo sem terra, sem recurso, sem futuro em tudo dependente e submetido por um mercado injusto, explorado.

Entre nós está e não o conhecemos. Entre nós está e nós o desprezamos.

Seu nome é Jesus Cristo: é Operário, sem voz, nem vez e mal remunerado dificultado para organizar-se e sem defesa justa a seu direito. Seu nome é Jesus Cristo: está vivendo lá no Aglomerado Suburbano sentindo fome e sede e mais miséria de cara com a riqueza e com o esbanjo.

Seu nome é Jesus Cristo: é condenado ao *Desemprego* ou ao *Sub-emprego* vítima do desenvolvimento, do cálculo econômico, esmagado.

Seu nome é JC: é um *Jovem* sem rumo e formação, desorientado. Sem capacitação, desocupado, frustrado, entregue à droga, viciado.

Seu nome é Jesus Cristo: é uma Criança golpeada pela fome, sem piedade, faminta, deturpada, abandonada, sem casa, sem família, sem cidade. Seu nome é Jesus Cristo: é um Velho doente, inútil, triste, desprezado, de produzir é incapacitado e pela sociedade rejeitado.

Eu tive fome e sede: era mendigo doente, peregrino, maltrapilho banido, perseguido, aprisionado no meu irmão *Latinoamericano*, "Você me conheceu? Seja bendito! Bendito todo aquele que me atende. Venha, bendito, venha tomar posse o Reino pra você está preparado!"

Igreja: Povo a Caminho.

Igreja é povo Que se organiza Gente oprimida, Buscando libertação em Jesus Cristo — A ressurreição.

O Operário lutando pelo direito de reaver a direção do Sindicato. O Pescador vendo a morte dos seus rios já se levanta contra esse desacato.

Igreja é povo...

O Seringueiro com sua faca de seringa se libertando das garras do seu patrão. A Lavadeira, mulher forte, destemida lava sujeira, injustiça e opressão.

Igreja é povo...

Posseiro unido que fica na sua terra e desafia a força do invasor. Indio poeta que pega a sua viola e canta a vida, a saudade e a dor.

É gente humilde, é gente Pobre, mas é forte dizendo a Cristo, meu irmão, muito obrigado pelo caminho que você nos indicou, prá ser um povo feliz e libertado.

Idac Instituto de Ação Cultural

Cronologia

Principais acontecimentos políticos e fatos relativos à caminhada da Igreja desde 1945

Cronologia	
Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igreja
 queda da ditadura de Getúlio Vargas e redemocratização do País formação de novos partidos políticos, sendo os mais importantes os seguintes: — PSD (Partido Social Democrático) representando sobretudo os interesses dos grandes proprietários rurais e forte nos estados de Minas Gerais, do Norte e do Nordeste; — UDN (União Democrática Nacional) representando os interesses das classes médias urbanas e forte no Rio de Janeiro e no Nordeste; — PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) apoiado pelos trabalhadores dos grandes centros urbanos; — PSP (Partido Social Progressita) muito ligado à figura de seu líder Adhemar de Barros e forte em São Paulo o Marechal Dutra, apoiado pelo PSD e PTB, é eleito Presidente da República, enquanto o PSD é o partido mais votado para o Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado). 	
 1950 eleição de Getúlio Vargas, candidato do PTB, para a Presidência da República 	 nascimento da Ação Católica especializada: JEC, JOC, JUC D. Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha, Minas, lança o primeiro documento da Igreja sobre Reforma Agrária: "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Rural"
	 1952 Fundação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Dom Hélder Câmara é eleito Secretário-Geral.
1954 • suicídio do Presidente Getúlio Vargas	1954 • criação da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil)
62	I

Cronologia	
Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igrej
 eleição de Jânio Quadros, apoiado por diversos pequenos partidos, para o Go- verno de São Paulo. 	
 1955 eleição de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD apoiado pelo PTB, para a Presidência da República 	1955 • realização no Rio de Janeiro do Congresso Eucarístico Internacional
	1956 • fundação da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM)
	• "Declaração de Campina Grande": Bis- pos do Nordeste denunciam a situação de pobreza na região
 1958 eleição de Leonel Brizola, candidato do PTB, para o Governo do Rio Grande do Sul 	1958 • eleição do Papa João XXIII como suces- sor de Pio XII
1959 • criação da SUDENE	 1959 Papa João XXIII anuncia a convocação do Concílio Vaticano II abrindo um período de grandes transformações dentro da Igreja
 1960 eleição de Jânio Quadros, candidato da UDN, para a Presidência da República 	
 1961 renúncia do Presidente Jânio Quadros e tentativa fracassada de setores militares de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart (PTB) 	 1961 Encíclica Mater et Magistra declaração da CNBB sobre a Igreja e a situação do meio rural acordo entre o Ministério da Educação e a CNBB para a criação do MEB (Mo-
	vimento de Educação de Base) que passa a desenvolver programas de alfabetização e educação em áreas populares
 eleições para o Congresso Nacional e governos estaduais com a vitória de Adhemar de Barros (PSP) em São Paulo e Miguel Arraes (PTB) em Pernambuco 	 1962 aprovação pela 5.ª Assembléia-Geral da CNBB do "Plano de Emergência" que define as prioridades para a ação pasto- ral da Igreja no Brasil

Cronologia	
Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igreja
	• setores ligados à Igreja lançam a "Alian- ça Eleitoral pela Família" que recomen- da aos católicos votarem em candidatos conservadores, o que é ignorado pela maioria da população
 1963 mobilização de setores populares por "reformas de base", em especial a reforma agrária lançamento da campanha nacional de alfabetização de adultos pelo "método Paulo Freire" 	 1963 Encíclica Pacem in Terris Declaração da CNBB sobre a realidade brasileira apoio de setores da JOC (Juventude Operária Católica) à criação de sindicatos de trabalhadores rurais e da JUC (Juventude Universitária Católica) a programas de alfabetização em áreas populares condenação por setores da hierarquia eclesiástica da "ameaça comunista"
 1964 31 de março: o Presidente João Goulart é derrubado e os militares assumem o Governo do País promulgação pelos militares do Ato Institucional nº 1 cassando o mandato de numerosos parlamentares e líderes políticos 	 1964 realização, em diversas cidades e com apoio de grandes setores da Igreja, de "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", em que são denunciados o Governo João Goulart e a "ameaça comunista"
 1965 eleição para Governos estaduais com a vitória de candidatos apoiados pelos partidos de oposição (PSD e PTB) em Minas Gerais e Rio de Janeiro militares da "linha dura", inconformados com este resultado, obrigam o Governo a decretar o Ato Institucional nº 2 que suprime as eleições diretas para Governador e dissolve os Partidos Políticos formação, sob controle do Governo, de apenas 2 Partidos: — ARENA (Partido do Governo) — MDB (Partido de Oposição) 	 1965 • reunidos em Roma, os bispos brasileiros aprovam o I Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB propondo uma relação mais estreita entre o trabalho pastoral e a realidade vivida pelo povo

Cronologia	
Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igreja
	1966 • começam a espalhar-se pelo Brasil as comunidades eclesiais de base
	1967 • documento da regional nordeste da ACO (Ação Católica Operária): "Nordeste — Desenvolvimento sem Justiça"
	 soldados armados invadem residência do bispo de Volta Redonda, D. Waldir Ca- lheiros, em busca de "material subver- sivo"
 1968 manifestações de estudantes e greves operárias são reprimidas pela polícia e pelo exército em numerosas cidades 	1968 • documento de D. Cândido Padim: "A Doutrina de Segurança Nacional à luz da Doutrina Social da Igreja"
• inconformado com uma decisão do Congresso, o Governo decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), fechando o Congresso, suprimindo as garantias constitucionais e as liberdades democráticas, bem como impondo a censura aos meios de comunicação	• assembléia do CELAM em Medellin afir- ma que a missão da Igreja na América Latina é colocar-se a serviço dos que não têm voz
 realização de ações armadas por grupos clandestinos de extrema-esquerda que culminam com o seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos, libertado em troca de presos políticos Governo aumenta as penas previstas na Lei de Segurança Nacional ao mesmo tempo em que se generalizam as prisões ilegais e a prática da tortura como instrumento de repressão política 	 1969 assassinato em Recife do Padre Henrique Pereira Neto, assistente de D. Hélder para a pastoral da juventude os bispos brasileiros lamentam "os movi- mentos terroristas de direita e de esquer- da, atividades clandestinas, prisões, tor- turas e seqüestros" invasão do convento dos Dominicanos em São Paulo, seguido de prisões e tor- turas
	 prisão e tortura de Madre Marina, em Ribeirão Preto, SP D. Paulo Evaristo Arns, como Bispo Auxiliar de São Paulo, toma posição em defesa dos Direitos Humanos, atingidos pela repressão política.

C-1:	
Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igreja
 1970 nas eleições para o Congresso, grande número de votos nulos e em branco exprime o protesto popular contra o arrocho salarial e a falta de liberdade 	 1970 nomeação e posse de D. Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo documento da CNBB denuncia a prática da tortura no Brasil também condenada pelo Papa Paulo VI
	 1971 nota oficial de D. Paulo Evaristo Arns, protestando contra torturas infligidas a agentes de pastoral é afixado em todas as Igrejas de São Paulo 1.ª carta pastoral de D. Pedro Casaldáliga: "Uma Igreja da Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social"
 1972 auge do "milagre brasileiro": altas taxas de crescimento econômico às custas da repressão política, do arrocho salarial e da concentração de rendas 	 1972 multiplicam-se por todo o País as prisões ilegais de padres e leigos comprometidos com o trabalho de pastoral popular documento de Brodósqui dos bispos de São Paulo condenando novamente a prática generalizada da tortura contra prisioneiros políticos ("Testemunho de Paz")
66	 1973 supressão da rádio 9 de Julho, mantida até então pela Igreja de São Paulo documento dos bispos do Nordeste ("Eu ouvi os clamores do meu povo") e do Centro-Oeste ("marginalização de um povo") denunciando o capitalismo condenação do padre Jentel da prelazia de São Féliz a 10 anos de prisão missa na Catedral de São Paulo em protesto pelo aggassinato do estudante Alacetera
	testo pelo assassinato do estudante Ale- xandre Vanucchi Leme • criação do secretariado do CIMI (Conse- lho Indigenista Missionário)

Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igrejo
*	• publicação do documento "I Juca Pira- ma — aquele que deve morrer" sobre a situação dos índios
 1974 eleição indireta, pelo Congresso, do General Ernesto Geisel para a Presidência da República eleições para o Congresso com aumento maciço dos votos populares no partido de oposição (MDB) 	1974 • 1.ª assembléia dos chefes indígenas organizada pelo CIMI
 1975 nova onda de prisões ilegais por motivos políticos morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército em São Paulo 	 2.ª assembléia dos chefes indígenas prisão e tortura de agentes de pastoral e membros da pastoral operária em São Paulo realização em Vitória do 1.º Encontro Nacional de Comunidades de Base sob o lema "Igreja que nasce do Povo pelo Espírito de Deus" culto ecumênico na catedral de São Paulo denuncia a morte sob tortura de Vladimir Herzog declaração dos bispos de São Paulo ("Não oprimas teu irmão") reitera denúncia e condenação da tortura
 1976 demissão pelo Presidente Geisel do Comandante do II Exército (São Paulo) após a morte sob tortura do operário Manuel Fiel Filho 	 1976 documento da CNBB ("Comunicação pastoral ao povo de Deus") denuncia o assassinato de padres, índios e lavradores que lutavam por seus direitos seqüestro e tortura de D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu II Encontro Nacional das Comunidades de Base sob o lema "Igreja, povo que caminha"

Cronologia Acontecimentos políticos	Fatos e declarações ligados à Igreje
Acontecimentos ponticos	
	 publicação em São Paulo do livro depoi- mento de Hélio Bicudo sobre o Esqua- drão da Morte e de "São Paulo, cresci- mento e pobreza"
 operários metalúrgicos do ABC lançam campanha pela reposição salarial em represália à rejeição de um projeto do Governo, o Congresso é fechado e o Governo edita o "pacote de abril", impondo uma série de medidas casuísticas para impedir a vitória da oposição nas eleições de 1978: sobretudo pela criação do senador biônico e a limitação da propaganda eleitoral pelo rádio e tv (lei Falcão) cassação do mandato do líder do MDB, Alencar Furtado, por haver se referido na televisão aos presos políticos, mortos ou desaparecidos aumento da pressão dos mais variados setores sociais pelo fim do regime de arbítrio e pela volta imediata ao estado de direito 	 participação maciça das comunidades de base de São Paulo no movimento contra o custo de vida documento da CNBB ("Exigências cristãs para uma ordem política") criticando a ideologia de segurança nacional e reivindicando o direito de participação do povo nas grandes decisões nacionais suspensão pela FUNAI de uma assembléia de chefes indígenas patrocinada pelo CIMI Ato da Penha, em São Paulo, em solidariedade aos oprimidos, em especial a D. Pedro Casaldáliga, ameaçado de expulsão do Brasil invasão da PUC pela Polícia do Estado de São Paulo
 greve vitoriosa dos operários metalúrgicos do ABC testemunhando o ressurgimento de um movimento operário forte e independente eleição indireta, pelo Congresso, do General Figueiredo para a Presidência da República com um mandato de 6 anos eleições diretas para o Congresso com nova vitória do MDB nas grandes cidades a despeito das restrições impostas pelo Governo 	 III Encontro Nacional das comunidades de base em João Pessoa sob lema "Igreja, povo que se liberta" semana de direitos humanos da Arquidiocese de São Paulo: "América Latina, Evangelho e Libertação" publicação pela Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo de "Repressão à Igreja do Brasil: reflexão sobre uma situação de opressão (1968-78)"

Cronologia

Acontecimentos políticos

1979

- greves de operários metalúrgicos, bancários e de construção civil são reprimidas pela polícia em vários pontos do País
- aprovação pelo Congresso da lei de anistia possibilitando a libertação dos presos políticos e a volta dos exilados
- Governo impõe a dissolução da Arena e do MDB
- começam a se estruturar novos partidos políticos
- durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo é morto pela polícia o operário Santo Dias da Silva

Fatos e declarações ligados à Igreja

1979

- Assembléia-geral do CELAM em Puebla (México) aprova documento que reafirma a "opção pelos pobres" da Igreja na América Latina
- a Igreja e o povo de São Paulo realizam grande manifestação de protesto pela morte do operário Santo, dirigente da pastoral operária e da oposição metalúrgica
- semana dos direitos humanos em São Paulo tendo como tema moradia, custo de vida, trabalho e participação popular"

1980

- Governo reprime duramente nova greve dos operários do ABC decretando a intervenção no sindicato e o enquadramento dos dirigentes sindicais na Lei de Segurança
- aprovação, por decurso de prazo, de uma nova Lei de Estrangeiros
- aumento dos atentados terroristas de extrema-direita contra a imprensa alternativa, instituições e personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos.
- greve vitoriosa dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar em Pernambuco
- restabelecimento das eleições diretas para Governador a partir de 1982

1980

- apoio integral das comunidades de base e da Igreja de São Paulo aos operários metalúrgicos em greve no ABC
- visita do Papa João Paulo II ao Brasil reafirmando seu apoio ao trabalho pastoral da Igreja junto ao povo oprimido e marginalizado
- documento oficial da CNBB denuncia a situação do trabalhador rural sem acesso à terra que trabalha
- apesar dos protestos, é expulso do Brasil o padre Vito Miracapillo na primeira aplicação da nova Lei dos Estrangeiros
- semana dos direitos humanos em São Paulo tendo como tema comunidade de fé e participação política
- Igreja de São Paulo revê e avalia sua caminhada, e confirma suas prioridades de ação pastoral para os próximos três anos

Para a Igreja, falar de política não é enfrentar tema profano, de outra esfera, nem é exceder sua missão divina. Entre os poderes que o Cristo lhe atribuiu, essenciais ao cumprimento do seu mandato, está a missão profética de denunciar o injusto e anunciar a justiça.



Desde sempre, a Palavra de Deus, acolhida pela fé, tem inspirado a história dos homens, urgindo-os a buscar na terra a construção do Reino, de uma sociedade fraterna. Vamos lançando sementes de um mundo mais justo toda vez que vencemos a desigualdade e nos damos as mãos na comunhão concreta de todos os bens, desde os meios de produzi-los até os frutos de nosso trabalho.